Revista Eletrônica
Acervo Saúde
Electronic Journal Collection Health ISSN 2178-2091

Fitoterapia no SUS: percepções de profissionais de saúde da atenção primária em contexto amazônico local

Phytotherapy in the SUS: perceptions of primary health care professionals in a local amazonian context

Fitoterapia en el SUS: percepciones de profesionales de atención primaria de salud en un contexto amazónico local

Walter Figueiredo de Almeida Júnior[1], Carlos César Garcia de Moraes[1], Antenor Matos de Carvalho Junior[1], Karine Castro Lemos de Almeida[1], Wanderson Augusto Oliveira de Almeida[1], Rodrigo Ruan Costa de Matos[2], Ananda Costa de Matos[3], Ísis Ariel Florêncio de Sousa[4], Patrícia Danielle Oliveira de Almeida[4].

RESUMO

Objetivo: Analisar a percepção de médicos e enfermeiros da APS sobre o uso da fitoterapia como tratamento adjuvante no SUS, identificando barreiras à sua implementação, nível de conhecimento, interesse em capacitação e familiaridade com as políticas públicas vigentes. **Métodos:** Estudo descritivo, de abordagem quantitativa e delineamento transversal, realizado com 36 profissionais da APS (22 enfermeiros e 14 médicos) atuantes em 10 unidades de saúde do município de Santarém, Pará. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário estruturado, e a análise foi conduzida utilizando estatística descritiva e inferencial, com aplicação do teste exato de Fisher bilateral, adotando-se nível de significância de 5% ($p < 0,05$). **Resultados:** A maioria dos participantes percebeu a fitoterapia como potencialmente eficaz (86,1%) e segura (77,8%). Entretanto, apenas 25% relataram utilizá-la frequentemente na prática clínica. As principais barreiras identificadas foram o desconhecimento técnico, o receio de interações medicamentosas, a insegurança ética e o baixo conhecimento das políticas públicas relacionadas à fitoterapia no SUS. **Conclusão:** Embora percebida pelos profissionais como uma prática eficaz e segura, a fitoterapia permanece pouco incorporada à rotina da APS. A ampliação de ações de capacitação, o fortalecimento institucional e a adoção de protocolos clínicos podem favorecer sua integração qualificada aos serviços de saúde.

Palavras-chave: Fitoterapia, Atenção Primária à Saúde, Sistema Único de Saúde, Políticas públicas de saúde, Profissionais de saúde.

ABSTRACT

Objective: To analyze the perception of Primary Health Care (PHC) physicians and nurses regarding the use of phytotherapy as an adjunctive treatment within the Brazilian Unified Health System (SUS), identifying

[1] Universidade do Estado do Pará (UEPA), Santarém – PA.
[2] Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém – PA.
[3] Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), Santarém – PA.
[4] Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus – AM.

SUBMETIDO EM: 6/2026 | **ACEITO EM: 8/2026** | **PUBLICADO EM: 10/2026**

barriers to its implementation, level of knowledge, interest in training, and familiarity with current public policies. **Methods:** A descriptive, quantitative, cross-sectional study was conducted with 36 PHC professionals (22 nurses and 14 physicians) working in 10 health units in the municipality of Santarém, Pará, Brazil. Data were collected through a structured questionnaire and analyzed using descriptive and inferential statistics, applying the two-sided Fisher's exact test with a significance level of 5% ($p < 0.05$). **Results:** Most participants perceived phytotherapy as potentially effective (86.1%) and safe (77.8%). However, only 25% reported frequent use in clinical practice. The main barriers identified were insufficient technical knowledge, concerns about drug interactions, ethical insecurity, and limited knowledge of public policies related to phytotherapy within SUS. **Conclusion:** Although perceived by health professionals as an effective and safe practice, phytotherapy remains underutilized in PHC routine care. Expanding professional training initiatives, strengthening institutional support, and implementing clinical protocols may contribute to its qualified integration into health services.

Keywords: Phytotherapy, Primary Health Care, Unified Health System, Public health policy, Health personnel.

RESUMEN

Objetivo: Analizar la percepción de médicos y enfermeros de la Atención Primaria de Salud (APS) sobre el uso de la fitoterapia como tratamiento adyuvante en el Sistema Único de Salud (SUS), identificando barreras para su implementación, nivel de conocimiento, interés en capacitación y familiaridad con las políticas públicas vigentes. **Métodos:** Estudio descriptivo, de enfoque cuantitativo y diseño transversal, realizado con 36 profesionales de APS (22 enfermeros y 14 médicos) que trabajaban en 10 unidades de salud del municipio de Santarém, Pará, Brasil. La recolección de datos se realizó mediante un cuestionario estructurado y el análisis se llevó a cabo utilizando estadística descriptiva e inferencial, con aplicación de la prueba exacta de Fisher bilateral y un nivel de significancia del 5% ($p < 0,05$). **Resultados:** La mayoría de los participantes percibió la fitoterapia como potencialmente eficaz (86,1%) y segura (77,8%). Sin embargo, solo el 25% informó utilizarla frecuentemente en la práctica clínica. Las principales barreras identificadas fueron el desconocimiento técnico, el temor a interacciones medicamentosas, la inseguridad ética y el bajo conocimiento de las políticas públicas relacionadas con la fitoterapia en el SUS. **Conclusión:** Aunque es percibida por los profesionales de la salud como una práctica eficaz y segura, la fitoterapia sigue estando poco incorporada a la rutina de la APS. La ampliación de acciones de capacitación, el fortalecimiento institucional y la adopción de protocolos clínicos pueden favorecer su integración cualificada en los servicios de salud.

Palabras clave: Fitoterapia, Atención Primaria de Salud, Sistema Único de Salud, Políticas públicas de salud, Personal de salud.

INTRODUÇÃO

A fitoterapia, compreendida como o uso de plantas medicinais e fitoterápicos com finalidade terapêutica, constitui uma prática tradicional amplamente difundida em diferentes contextos socioculturais e reconhecida no Brasil como parte das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS). No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), sua institucionalização ocorreu a partir da publicação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), ambas em 2006, com o objetivo de ampliar o acesso da população a terapias seguras, eficazes e culturalmente adequadas, especialmente na Atenção Primária à Saúde (APS) (BRASIL, 2018; BRASIL, 2006).

Além dessas políticas, outros instrumentos normativos orientam o uso da fitoterapia no SUS, como a Farmacopeia Brasileira e o Programa Farmácia Viva, que estabelecem critérios para a produção, prescrição e dispensação de medicamentos à base de plantas medicinais. (BRASIL, 2020). Apesar desse arcabouço regulatório, estudos apontam que a implementação da fitoterapia na APS ainda enfrenta desafios

relacionados à formação profissional, ausência de protocolos clínicos padronizados e fragilidade do apoio institucional, o que limita sua incorporação de forma sistemática nos serviços de saúde (ALVES EM, et al., 2026; CHAVES JRC e CAMPOS MRS, 2026; SILVA JFT, et al., 2021; OLIVEIRA ER, et al., 2017).

Revisões recentes evidenciam que médicos e enfermeiros da APS reconhecem o potencial terapêutico da fitoterapia, porém relatam insegurança quanto às indicações, contraindicações, interações medicamentosas e respaldo ético-profissional, fatores que contribuem para a baixa adesão dessa prática no cotidiano assistencial. Esse cenário revela um distanciamento entre o reconhecimento normativo da fitoterapia como política pública e sua efetiva operacionalização nos territórios de atuação da APS (BORGES JPA, et al., 2025; COTA BB, 2025; SILVA JB e PALMEZONI VP, 2025; ARAÚJO RRL, et al., 2023; BARBOSA LNC, et al., 2021).

Na região amazônica, marcada por ampla biodiversidade e tradição no uso de plantas medicinais, essa contradição torna-se ainda mais evidente. Apesar do conhecimento empírico consolidado e da relevância sociocultural da fitoterapia, sua integração aos serviços formais de saúde permanece limitada, especialmente em contextos territoriais com desafios estruturais e formativos, como áreas ribeirinhas e de difícil acesso (RODRIGUES HRM, et al., 2020).

Diante desse contexto, o objetivo deste estudo foi analisar a percepção de médicos e enfermeiros da APS sobre o uso da fitoterapia como tratamento adjuvante no SUS, identificando barreiras à sua implementação, nível de conhecimento, interesse em capacitação e familiaridade com as políticas públicas vigentes.

MÉTODOS

Tipo de estudo

Trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva, com abordagem quantitativa e delineamento transversal, realizada com o objetivo de analisar a percepção e os desafios relacionados ao uso da fitoterapia na APS. O estudo foi desenvolvido no período de março a junho de 2025.

Local e participantes

A pesquisa foi conduzida em 10 unidades de saúde do município de Santarém, Pará, distribuídas entre áreas urbanas, ribeirinhas, de planalto e da região do Eixo Forte, contemplando diferentes realidades territoriais da APS local.

A seleção das unidades de saúde ocorreu por amostragem não probabilística por conveniência. Nas 10 unidades selecionadas, foram incluídos todos os médicos e enfermeiros integrantes das equipes que atendiam aos critérios de elegibilidade, totalizando 36 profissionais, sem recusas ou desistências. A coleta foi realizada presencialmente e, nos casos em que o acesso presencial não foi possível, especialmente em unidades de áreas mais remotas, o questionário foi disponibilizado por meio eletrônico.

Foram incluídos profissionais de saúde com atuação direta na APS, com tempo mínimo de um ano na unidade de saúde e que concordaram em participar do estudo mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídos profissionais afastados de suas funções no período da coleta, aqueles que declararam conflito de interesses éticos ou que não completaram integralmente o instrumento de pesquisa.

A amostra foi composta por 36 profissionais de saúde, sendo 22 enfermeiros e 14 médicos.

Instrumento de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário estruturado, composto por perguntas fechadas, incluindo escalas do tipo Likert de frequência e questões de múltipla escolha. O instrumento foi elaborado pelos próprios autores, com base nos objetivos da pesquisa, e aplicado em duas versões equivalentes, uma destinada a médicos e outra a enfermeiros, possibilitando a comparação entre os grupos profissionais.

O questionário contemplou cinco eixos principais: perfil sociodemográfico e profissional; percepção sobre a eficácia e segurança da fitoterapia como tratamento adjuvante; desafios enfrentados para sua implementação na APS; conhecimento sobre marcos legais e normativos relacionados à fitoterapia no SUS, incluindo a PNPIC, a PNPMF, a Farmacopeia Brasileira e o Programa Farmácia Viva; e interesse em capacitação sobre o tema.

Previamente à aplicação definitiva, o instrumento foi submetido a teste piloto com cinco profissionais de saúde atuantes na APS, com a finalidade de avaliar a clareza, a compreensão e a adequação das perguntas. Não foi realizada validação formal do instrumento.

Procedimentos de coleta

A aplicação do questionário ocorreu de forma presencial nas unidades de saúde selecionadas e durante reuniões técnicas mensais promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Santarém. As respostas foram registradas digitalmente por meio da plataforma Google Forms.

Análise dos dados

Os dados coletados foram organizados em planilhas do Microsoft Excel e analisados por meio de estatística descritiva, utilizando frequências absolutas e relativas, médias e desvios-padrão. Para verificar associações entre variáveis categóricas, foi utilizado o teste exato de Fisher bilateral, considerando o reduzido tamanho amostral e a presença de frequências esperadas inferiores a cinco nas tabelas de contingência. Adotou-se nível de significância de 5% ($p < 0,05$).

As variáveis categóricas foram previamente recodificadas para viabilizar as análises comparativas. A variável “percepção de eficácia” foi dicotomizada, sendo consideradas como respostas positivas as categorias “concordo” e “concordo totalmente”, e como negativas as demais.

Os desafios relacionados à implementação da fitoterapia foram tratados como variáveis binárias, considerando-se a presença ou ausência de cada item assinalado pelos participantes.

Apesar do rigor metodológico, reconhece-se que o tamanho amostral reduzido limita a generalização dos resultados. No entanto, por se tratar de um estudo descritivo, o objetivo foi mapear tendências e percepções no contexto local da APS.

Aspectos éticos

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Pará, sob o Parecer nº 7.512.387 e CAAE nº 86652324.1.0000.5168, em 17 de abril de 2025. A Secretaria Municipal de Saúde de Santarém autorizou a realização da pesquisa por meio de Carta de Anuência, datada de 13 de dezembro de 2024. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em conformidade com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS

A amostra do estudo foi composta por 36 profissionais de saúde atuantes na APS no município de Santarém, Pará, sendo 22 enfermeiros e 14 médicos, distribuídos em unidades localizadas em áreas urbanas, ribeirinhas, de planalto e da região do Eixo Forte.

Em relação à caracterização da amostra quanto ao sexo, profissão, faixa etária e tempo de atuação na APS, observou-se predominância do sexo feminino (80,6%) e de profissionais com mais de cinco anos de atuação na APS (55,6%). A faixa etária mais frequente foi de 40 a 49 anos (47,2%).

Entre os enfermeiros, a maioria apresentava tempo de atuação superior a cinco anos, enquanto entre os médicos houve distribuição mais equilibrada entre profissionais com menor e maior tempo de experiência (**Tabela 1**).

Tabela 1 - Caracterização dos profissionais de saúde da APS, n=36.

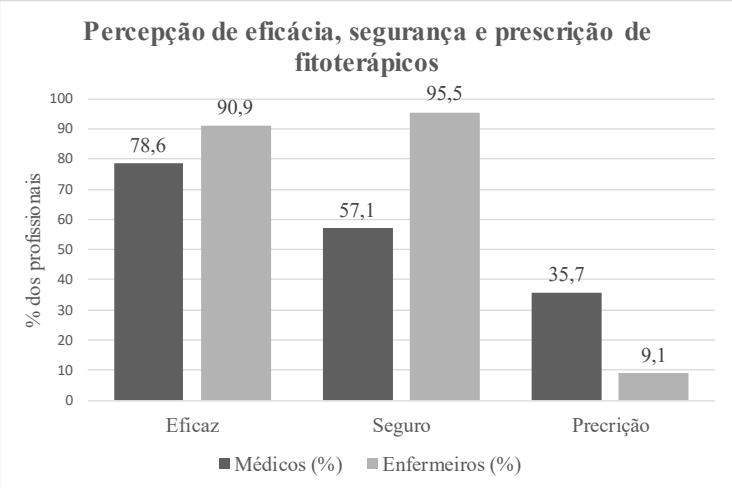
Variável	n	%	% acumulativa
Sexo			
Feminino	29	80,6	80,6
Masculino	7	19,4	100,0
Profissão			
Enfermeiro(a)	22	61,1	61,1
Médico(a)	14	38,9	100,0
Idade			
20 a 29 anos	6	16,7	16,7
30 a 39 anos	8	22,2	38,9
40 a 49 anos	17	47,2	86,1
50 a 59 anos	5	13,9	100,0
Tempo na APS			
De 1 a 2 anos	10	27,8	27,8
De 3 a 5 anos	6	16,7	44,5
Mais de 5 anos	20	55,6	100,0
Total	**36**	**100,0**	**100,0**

Fonte: Almeida Júnior WF, et al., 2026.

No que se refere ao uso da fitoterapia na prática profissional, observou-se que, embora a maioria dos participantes reconhecesse a presença dessa prática no contexto cultural e comunitário em que atuam, a utilização formal no âmbito da APS mostrou-se limitada. Parte dos profissionais relatou já ter sido questionada por usuários sobre o uso de plantas medicinais, especialmente em situações relacionadas a queixas gastrointestinais, respiratórias e quadros leves, porém sem que isso se traduzisse, necessariamente, em prescrição ou orientação sistematizada no serviço.

Na análise descritiva por categoria profissional, observaram-se tendências distintas nas percepções relatadas. Entre os médicos, destacaram-se preocupações relacionadas à segurança, às interações medicamentosas e ao respaldo científico, enquanto entre os enfermeiros foram relatadas questões relacionadas à ausência de protocolos institucionais e de capacitação específica. Essas diferenças percentuais devem ser interpretadas de forma descritiva, uma vez que não foram observadas associações estatisticamente significativas entre a categoria profissional e as variáveis analisada. (**Figura 1**)

Figura 1 - Percepção de eficácia da fitoterapia versus frequência de prescrição por categoria profissional, n=36.



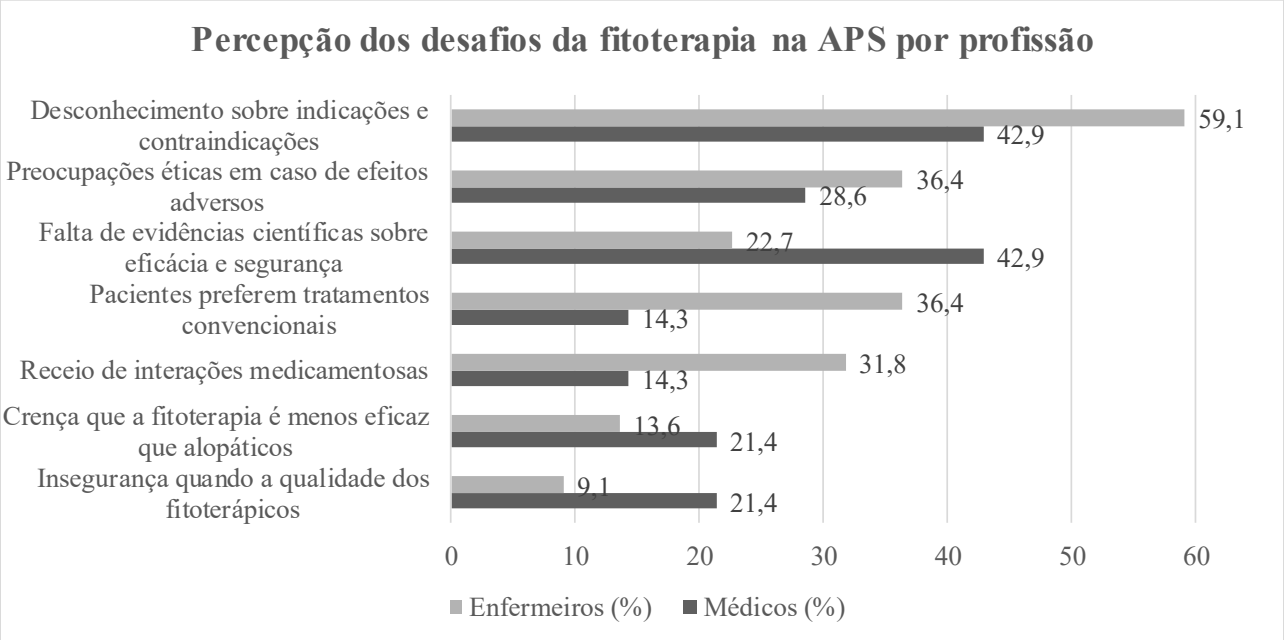
Fonte: Almeida Júnior WF, et al., 2026.

Quanto à percepção de eficácia e segurança da fitoterapia, observou-se elevada concordância entre os profissionais quanto ao potencial terapêutico dessa prática como tratamento adjuvante. No entanto, essa percepção positiva não se refletiu proporcionalmente na prática assistencial, evidenciando um

distanciamento entre reconhecimento conceitual e aplicação clínica. Na análise descritiva, observaram-se diferenças percentuais entre médicos e enfermeiros, que devem ser interpretadas apenas como tendências, considerando a ausência de associação estatisticamente significativa entre a categoria profissional e as variáveis analisadas.

Em relação aos desafios para a implementação da fitoterapia na APS, os participantes relataram múltiplos fatores impeditivos. Destacaram-se o desconhecimento sobre indicações e contraindicações, o receio de interações medicamentosas, insegurança ética frente a possíveis eventos adversos e a ausência de diretrizes institucionais claras. Também foram mencionadas dificuldades relacionadas à padronização dos produtos fitoterápicos e à falta de integração dessa prática nos fluxos assistenciais da APS (**Figura 2**).

Figura 2 - Principais desafios percebidos por médicos e enfermeiros para a implementação da fitoterapia na APS.



Fonte: Almeida Júnior WF, et al., 2026.

Além disso, observou-se baixo nível de conhecimento dos profissionais acerca das políticas públicas relacionadas à fitoterapia no SUS, incluindo a PNPIC e a PNPMF. Mesmo entre profissionais com maior tempo de atuação na APS, esse desconhecimento foi recorrente, sugerindo fragilidade na disseminação institucional dessas normativas.

Apesar das limitações identificadas, a maioria dos participantes manifestou elevado interesse em capacitação profissional sobre fitoterapia, especialmente por meio de treinamentos presenciais e atividades práticas. Esse interesse foi relatado como uma possibilidade concreta de ampliação do uso seguro e qualificado da fitoterapia no contexto da APS local.

Por fim, a análise de associação entre a categoria profissional e as variáveis centrais do estudo, realizada pelo teste exato de Fisher bilateral, não evidenciou associações estatisticamente significativas ($p > 0,05$) (**Tabela 2**).

Tabela 2 - Associação entre categoria profissional e variáveis analíticas centrais relacionadas à fitoterapia na APS.

Variáveis Categóricas	Profissionais da Saúde				p-valor[1]
	Médicos		Enfermeiros		
	Sim	Não	Sim	Não	
Percepção sobre eficácia	11	3	20	2	0,357
Desafios					
Desconhecimento sobre indicações e contraindicações	6	8	13	9	0,495
Preocupações éticas em casos de efeitos adversos	4	10	8	14	0,727
Falta de evidências científicas sobre eficácia e segurança	6	8	5	17	0,273
Pacientes preferem tratamentos convencionais	2	12	8	14	0,255
Receio de interações medicamentosas	2	12	7	15	0,432
Crença que os fitoterápicos são menos eficazes que alopáticos	3	11	3	19	0,658
Insegurança quanto a qualidade dos produtos fitoterápicos	3	11	2	20	0,357
Políticas Públicas					
PNPIC	6	8	5	17	0,273
PNPMF	5	9	6	16	0,716
Farmacopeia Brasileira	5	9	4	18	0,267
Formulário de Fitorerápicos	5	9	4	18	0,267
Farmácia Viva	4	10	3	19	0,394

[1] Teste exato de Fisher bilateral. Nível de significância de 5% ($p < 0,05$).
Fonte: Almeida Júnior WF, et al., 2026.

DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo contribuem diretamente para suprir uma lacuna identificada na literatura sobre fitoterapia na APS, especialmente em contextos territoriais pouco explorados, como a região amazônica. Embora estudos anteriores tenham descrito desafios relacionados à implementação das práticas integrativas e complementares no SUS, ainda são limitadas as investigações que analisam simultaneamente aspectos relacionados à categoria profissional, prática clínica, conhecimento normativo e contexto geográfico de atuação dos profissionais de saúde (CABOCLO EKD, et al., 2022; SILVA JFT, et al., 2021; MATTOS SSM, et al., 2018; BARRETO JOM e VIEIRA FS, 2015).

Os achados evidenciam que médicos e enfermeiros da APS percebem a fitoterapia como uma prática eficaz (86,1%) e segura (77,8%) quando utilizada como tratamento adjuvante ao modelo biomédico convencional. Essa percepção positiva tem sido descrita de forma consistente na literatura, indicando que os profissionais de saúde tendem a reconhecer o potencial terapêutico das plantas medicinais e dos fitoterápicos no contexto da APS (ARAÚJO RRL, et al., 2023; MATTOS SSM, et al., 2018). Entretanto, assim como observado por Santos MS, et al. (2024) e Caboclo EKD, et al. (2022), esse reconhecimento não se traduz necessariamente em utilização frequente na prática clínica. No presente estudo, apenas 25% dos profissionais entrevistados relataram prescrever fitoterápicos com frequência, evidenciando um distanciamento entre a percepção favorável acerca da fitoterapia e sua efetiva incorporação à rotina assistencial.

A discrepância observada entre a percepção positiva da fitoterapia e sua baixa utilização na prática clínica parece estar relacionada à presença de múltiplas barreiras identificadas pelos profissionais participantes. Entre as mais frequentes destacaram-se o desconhecimento sobre indicações e contraindicações (52,8%), o receio de interações medicamentosas (47,2%) e as preocupações éticas relacionadas à responsabilidade profissional diante de possíveis eventos adversos (33,3%). Esses achados reforçam a hipótese de que a baixa incorporação da fitoterapia na APS está menos associada à resistência

dos profissionais e mais relacionada à insuficiência de formação específica e de estratégias de educação permanente. Barreto JOM e Vieira FS (2015) já destacavam que a fragmentação da formação acadêmica constitui importante obstáculo para a consolidação da fitoterapia nos serviços de saúde, interpretação posteriormente corroborada por Alves EM, et al. (2026), Silva PHB, et al. (2021) e Oliveira ER, et al. (2017), que também identificaram a necessidade de qualificação profissional continuada como fator fundamental para a utilização segura e baseada em evidências dessa prática.

A análise das percepções segundo a categoria profissional revelou aspectos relevantes para a compreensão das barreiras relacionadas à fitoterapia na APS. Embora não tenham sido observadas diferenças estatisticamente significativas entre médicos e enfermeiros quanto à percepção de eficácia, segurança ou frequência de utilização, foram identificadas tendências distintas nas preocupações relatadas pelos participantes.

De modo semelhante ao observado por Barreto JOM e Vieira FS (2015), os dados sugerem que médicos demonstram maior preocupação com aspectos clínico-farmacológicos, como eficácia terapêutica e possíveis interações medicamentosas, enquanto enfermeiros tendem a valorizar questões relacionadas ao respaldo institucional, à adesão dos pacientes e à segurança ética da prática. Ainda que essas diferenças não tenham apresentado significância estatística, elas podem refletir as atribuições e experiências específicas de cada categoria profissional no contexto das equipes multiprofissionais da APS.

Outro aspecto relevante identificado neste estudo refere-se ao conhecimento limitado dos profissionais acerca dos instrumentos normativos que regulamentam a fitoterapia no SUS. Embora a PNPIC e a PNPMF representem importantes marcos para a institucionalização dessa prática, 69,4% dos participantes relataram desconhecimento dessas políticas.

Resultado semelhante foi descrito por Borges JPA, et al. (2025), Barbosa LNC, et al. (2021) e Oliveira ER, et al. (2017), que também observaram fragilidades no conhecimento dos profissionais sobre as bases normativas das práticas integrativas e complementares. Esse cenário torna-se ainda mais evidente ao se observar que a maioria dos participantes deste estudo desconhecia o Programa Farmácia Viva (80,5%) e apresentava pouco ou nenhum conhecimento da Farmacopeia Brasileira (69,4%), evidenciando um descompasso entre a existência de diretrizes institucionais e sua efetiva disseminação nos serviços de (SILVA JB e PALMEZONI VP, 2025; BARBOSA LNC, et al., 2021; OLIVEIRA ER, et al., 2017).

Apesar das lacunas relacionadas à formação profissional e ao conhecimento normativo, observou-se elevado interesse dos participantes em receber capacitação sobre fitoterapia. Esse achado sugere que as barreiras identificadas não representam resistência à prática, mas sim limitações relacionadas à qualificação profissional e ao suporte institucional disponível.

Araújo RRL, et al. (2023), Zeni ALB, et al. (2021) e Bezerra ASCE, et al. (2021) destacam a importância da capacitação dos profissionais da APS para ampliar o conhecimento e favorecer a utilização segura e qualificada da fitoterapia no SUS. Resultado semelhante foi descrito por Chaves JRC e Campos MRS (2026), que observaram elevado interesse no uso de plantas medicinais e fitoterápicos, embora a maioria dos profissionais relatasse ausência de treinamento formal e pouca experiência de prescrição.

A Organização Mundial da Saúde (WHO) destaca que a existência de políticas públicas, mecanismos de governança e apoio institucional constitui elemento essencial para a integração das práticas tradicionais e complementares aos sistemas de saúde. Entretanto, a própria WHO (2024) reconhece que a ausência de protocolos clínicos padronizados e as limitações na formação profissional permanecem entre os principais obstáculos à consolidação dessas práticas em diferentes países.

No presente estudo, essa fragilidade institucional manifestou-se por meio da inexistência de diretrizes claras para utilização da fitoterapia, da baixa oferta de insumos e da ausência de protocolos clínicos nas unidades pesquisadas. Tais achados sugerem que as dificuldades observadas não decorrem exclusivamente de fatores individuais relacionados aos profissionais, mas também de limitações estruturais que dificultam a incorporação da fitoterapia à rotina dos serviços. Barbosa LNC, et al. (2021) e Mattos SSM, et al. (2018) descrevem cenário semelhante ao demonstrar que a falta de suporte das gestões locais compromete a sustentabilidade das práticas fitoterápicas, tornando-as frequentemente dependentes de

iniciativas isoladas. De modo convergente, Cota BB (2025) identificou a insuficiência de apoio institucional como uma das principais barreiras para a consolidação da fitoterapia na APS.

A percepção de que parte dos pacientes apresenta baixa adesão ao uso de fitoterápicos como uso adjuvante, relatada por 30,6% dos participantes, também merece atenção. Embora a região amazônica possua forte tradição no uso de plantas medicinais, Rodrigues HRM et al. (2020) destacam que esse conhecimento frequentemente permanece restrito ao âmbito familiar e comunitário, ocorrendo de forma paralela aos serviços formais de saúde. Como consequência, práticas amplamente utilizadas pela população nem sempre são comunicadas aos profissionais durante o atendimento, dificultando a integração entre saberes tradicionais e condutas clínicas institucionalizadas.

Nesse contexto, a consolidação da fitoterapia na APS depende não apenas de capacitação profissional e suporte institucional, mas também da construção de estratégias que favoreçam o diálogo entre o conhecimento científico e os saberes populares. Barbosa LNC, et al. (2021) ressaltam que a valorização das práticas culturais locais e a escuta qualificada das experiências dos usuários constituem elementos fundamentais para que a fitoterapia seja efetivamente incorporada como política pública culturalmente sensível e socialmente legitimada.

No que se refere às especificidades territoriais, Sousa IMC e Tesser CD (2017) destacam que regiões periféricas e distantes dos grandes centros frequentemente enfrentam maiores dificuldades para institucionalizar práticas integrativas e complementares, mesmo quando existe forte tradição no uso de plantas medicinais. Essa reflexão é particularmente relevante para o contexto local amazônico investigado neste estudo, caracterizado por ampla diversidade sociocultural, extensas áreas rurais e comunidades ribeirinhas com histórico de utilização de recursos vegetais para fins terapêuticos.

Embora não tenham sido identificadas diferenças estatisticamente significativas entre os distintos contextos territoriais incluídos na pesquisa, os resultados sugerem que a presença de conhecimentos tradicionais não garante, por si só, sua incorporação aos serviços formais de saúde. Rodrigues HRM, et al. (2020) argumentam que a coexistência entre saberes empíricos amplamente difundidos e a insegurança institucional relacionada à prescrição de fitoterápicos constitui um desafio frequente em territórios amazônicos, interpretação que se mostra compatível com os achados observados neste estudo.

Como limitações do estudo, destacam-se o tamanho amostral reduzido e a utilização de amostragem não probabilística por conveniência, fatores que restringem a generalização dos resultados para outros contextos da APS.

Adicionalmente, por se tratar de investigação realizada em unidades de saúde de um único município, os achados devem ser interpretados à luz das características do contexto local amazônico estudado, não sendo possível generalizá-los para a região Amazônica como um todo.

Além disso, os dados foram obtidos por meio de questionário estruturado baseado em autorrelato, estando sujeitos a vieses de percepção e interpretação dos participantes. Adicionalmente, o reduzido tamanho amostral pode ter limitado a capacidade de identificar associações entre algumas variáveis analisadas.

Dessa forma, recomenda-se que futuras investigações utilizem amostras mais amplas, abordagens multicêntricas e métodos mistos que permitam aprofundar a compreensão das percepções profissionais e das condições institucionais relacionadas à implementação da fitoterapia no SUS (MATTOS SSM, et al., 2018).

CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo indicam que médicos e enfermeiros da APS apresentam percepção favorável à fitoterapia como tratamento adjuvante, embora sua incorporação à rotina assistencial permaneça limitada por lacunas na formação profissional, no conhecimento dos instrumentos normativos e no suporte institucional. As barreiras identificadas parecem estar menos relacionadas à resistência dos profissionais e mais à insuficiência de capacitação, protocolos clínicos e estratégias institucionais que favoreçam sua

utilização segura no SUS. No contexto amazônico investigado, esses achados reforçam a necessidade de aproximar os saberes tradicionais das práticas formais de cuidado em saúde. O elevado interesse dos profissionais em capacitação representa uma oportunidade para o fortalecimento dessa prática na APS, embora o tamanho amostral e o delineamento metodológico devam ser considerados na interpretação dos resultados.

AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

Os autores expressam seus sinceros agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pelo apoio financeiro concedido. Agradecem, igualmente, às coautoras da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), cuja colaboração científica, dedicação e relevantes contribuições técnicas e intelectuais foram essenciais para a finalização deste estudo. O apoio institucional e o comprometimento da equipe foram determinantes para a qualidade e a conclusão desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

1. ALVES EM, et al. Entre o saber e a prática: uso de plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária à Saúde sob a perspectiva de profissionais. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, 2026; 9(20).
2. ARAÚJO RRL, et al. Fitoterapia no SUS: panorama, desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Educação Médica, 2023; 47(1): e000248.
3. BARBOSA LNC, et al. A fitoterapia no SUS: entre a política pública e a prática profissional. Interface (Botucatu), 2021; 25: e200528.
4. BARRETO JOM, VIEIRA FS. A fitoterapia e seu espaço no Sistema Único de Saúde. Revista Eletrônica Gestão & Saúde, 2015; 6(2): 1707-1722.
5. BEZERRA ASCE, et al. Situational diagnosis of professionals of family health units on phytotherapy. Brazilian Journal of Biology, 2021; 81(3): 551-556.
6. BORGES JPA, et al. Conhecimento dos profissionais de saúde sobre práticas integrativas e complementares na atenção primária. Enfermagem Brasil, 2025.
7. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf. Acessado em: 26 maio 2025.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Brasília: Ministério da Saúde; 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br. Acessado em: 26 maio 2025.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Brasília: Ministério da Saúde; 2018. Disponível em: https://www.gov.br/saude. Acessado em: 26 maio 2025.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Farmácia Viva: diretrizes para implantação. Brasília: Ministério da Saúde; 2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude. Acessado em: 26 maio 2025.
11. CABOCLO EKD, et al. Fitoterápicos e plantas medicinais na prática dos profissionais de saúde em Unidades de Estratégia Saúde da Família. Revista de Ciências Médicas e Biológicas, 2022; 21(2): 211-217.
12. CHAVES JRC, CAMPOS MRS. Conhecimento e utilização de plantas medicinais e fitoterápicos por profissionais da Atenção Primária à Saúde. Revista Fitos, 2026.
13. COTA BB. O cenário da fitoterapia na Atenção Primária à Saúde no Brasil: uma análise crítica da literatura. Saúde em Debate, 2025; 49(147): e10102.
14. MATTOS SSM, et al. A visão dos profissionais de saúde sobre a fitoterapia: revisão integrativa. Revista Brasileira de Promoção da Saúde, 2018; 31(1): 1-8.
15. OLIVEIRA ER, et al. Fitoterapia e plantas medicinais na atenção básica: percepção de médicos. Saúde em Debate, 2017; 41(115): 169-183.

16. RODRIGUES HRM, et al. Uso de plantas medicinais e fitoterapia por usuários da atenção básica. Revista de Enfermagem da UERJ, 2020; 28: e49260.
17. SANTOS MS, et al. Fitoterapia na Atenção Primária à Saúde: desafios para a consolidação da prática no SUS. Ciência & Saúde Coletiva, 2024; 29(3): e230412.
18. SILVA JB, PALMEZONI VP. Sentidos do uso de plantas medicinais e fitoterápicos para os trabalhadores da atenção primária em saúde em um município com programa de fitoterapia. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2025; 25(11): e21905.
19. SILVA JFT, et al. Os desafios para a implementação das práticas integrativas e complementares na atenção primária à saúde. Revista Casos e Consultoria, 2021; 12(1): e26298.
20. SILVA PHB, et al. Formação profissional em Práticas Integrativas e Complementares: o sentido atribuído por trabalhadores da Atenção Primária à Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, 2021; 26(2): 399-408.
21. SOUSA IMC, TESSER CD. Medicina tradicional e complementar e integração com Atenção Primária. Cadernos de Saúde Pública, 2017; 33(1): e00150215.
22. WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO Traditional Medicine Strategy: 2025–2034. Geneva: World Health Organization; 2024. Disponível em: https://apps.who.int. Acessado em: 26 maio 2025.
23. ZENI ALB, et al. Capacitação de profissionais na atenção primária em saúde: um caminho para a promoção da fitoterapia. Revista Baiana de Saúde Pública, 2021; 45(3): 70-91.